

A Lei Nº 14.831/2024 e a Promoção da Saúde Mental no Ambiente de Trabalho

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Lucas Fonseca Eliezer De Souza

Thiago Ribeiro De Carvalho

Ivone Alves De Sousa Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A Lei Nº 14.831, sancionada em março de 2024, inclui novas diretrizes focadas no bem-estar e na saúde mental dos trabalhadores do setor público e privado, refletindo a crescente preocupação com a saúde psicológica no ambiente de trabalho. Em um contexto de aumento dos índices de transtornos mentais relacionados ao trabalho, como burnout, depressão e ansiedade, a legislação busca integrar medidas que favoreçam a qualidade de vida no ambiente laboral. Este estudo visa analisar as principais disposições da lei no que diz respeito à promoção da saúde mental, abordando a relevância de tais políticas para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Objetivo

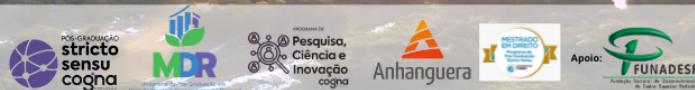
O objetivo deste estudo é examinar as disposições da Lei Nº 14.831/2024 relacionadas à promoção da saúde mental no trabalho, avaliando seus impactos no bem-estar dos trabalhadores e nas práticas de governança pública.

Material e Métodos

A pesquisa baseia-se no método hipotético-dedutivo, analisando a Lei Nº 14.831/2024, com foco nas seções que tratam da saúde mental e bem-estar no trabalho. Além disso, foram revisados artigos e estudos científicos sobre saúde ocupacional, evidenciando a importância de programas de promoção da saúde mental no ambiente laboral. A análise comparou as diretrizes da lei com práticas já implementadas em outras organizações, buscando validar a hipótese de que a nova legislação pode melhorar o bem-estar dos trabalhadores e reduzir transtornos mentais no trabalho.

Resultados e Discussão

A Lei Nº 14.831/2024 propõe diversas ações voltadas à promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, como a criação de programas institucionais de apoio psicológico, a flexibilização de horários e o incentivo a ambientes de trabalho menos estressantes. Essas iniciativas têm o potencial de reduzir os índices de doenças mentais e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. A legislação também reforça a importância de



treinamentos voltados à gestão de conflitos e ao fortalecimento das relações interpessoais no ambiente laboral. Apesar dessas iniciativas, a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios, como a necessidade de maior conscientização por parte das instituições e a criação de políticas internas mais efetivas. O sucesso da aplicação dessas medidas dependerá do comprometimento das empresas e órgãos públicos em adotar uma cultura organizacional que priorize o bem-estar mental.

Conclusão

A Lei Nº 14.831/2024 representa um avanço significativo na promoção da saúde mental no trabalho ao integrar medidas de apoio psicológico e promover ambientes de trabalho mais saudáveis, a legislação cria condições favoráveis para a redução de transtornos mentais. No entanto, para garantir sua eficácia, será fundamental a adesão das organizações e a contínua adaptação das políticas de bem-estar às demandas dos trabalhadores.

Referências

Constituição Federal de 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28/09/2024

BRASIL. Lei Nº 14.831, de 27 de março de 2024.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14831.htm Acesso em 28/09/2024
Acesso em 28/09/2024

NR 01

Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2024.pdf>. Acesso em 28/09/2024